

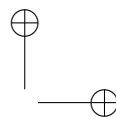
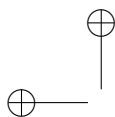
ESCOTISMO
—
**ESCOTISMO EM
PORTUGAL**



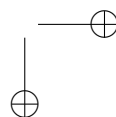
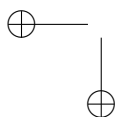
Manuel Barbosa da Costa Freitas

2004

www.lusosofia.net



Textos publicados na LUSOSOFIA.NET
com a benévola e graciosa autorização da Editorial Verbo,
onde a obra integral do Professor
Manuel Barbosa da Costa Freitas foi editada:
O Ser e os Seres. Itinerários Filosóficos,
2 vols., Editorial Verbo, Lisboa, 2004





LUSO Sofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *Escotismo – Escotismo em Portugal*

Autor: Manuel Barbosa da Costa Freitas

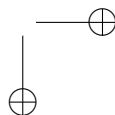
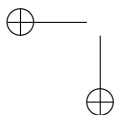
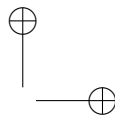
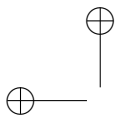
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

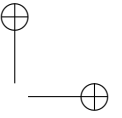
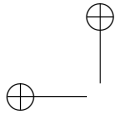
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. Silva Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008



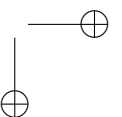
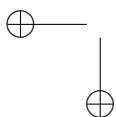


Escotismo*

Manuel Barbosa da Costa Freitas
Universidade Católica Portuguesa

Filosofia. A vigorosa síntese filosófico-teológica de Duns Escoto exerceu influência extraordinária nos meios intelectuais do seu tempo, a ponto de criar discípulos e inspirar continuadores sobretudo entre os seus confrades. Grande número de mestres que brilharam nas escolas da Ordem Franciscana durante os séculos XIV e XV adoptou as suas opiniões, empenhando-se em defendê-las e aprofundá-las. Por isso, muito antes da imposição oficial do seu ensino a toda a Ordem, feita no Capítulo Geral de Toledo em 1633, já Escoto era considerado por muitos como expoente máximo e verdadeiro chefe da escola franciscana. Como todas as correntes doutrinárias, o escotismo nasceu da exigência e esforço de dilucidar e desenvolver as intuições características e originais do autor do *Opus Oxoniense*. De um modo geral, podemos distinguir dentro da escola escotista três orientações principais. Num primeiro momento encontramos autores cujo escotismo se reduz a seguir mais ou menos fielmente, nos comentários que fazem às *Sentenças* de Pedro Lombardo, as opiniões do Doutor Subtil (L. Caracciolo, J. de Bassolis, P. de Cândia e outros). A partir do século XVI fazem-se já comentários directos ao *Opus Oxoniense* com a preocupação de explicar e defender a doutrina do mestre (Tartareto, Maurício do Porto, Licheto,

*Texto originalmente publicado na *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 7, cols. 927-928



Cavello, João Pôncio, Francisco de Macedo, etc.). Este período de sistematização culmina com a edição de todas as obras feita por Waddingo em 1639. Uma fase ulterior caracteriza-se pela elaboração de cursos de filosofia e teologia “ad mentem Scoti” (Boyvin, Montefortino, Frassen, Minges, Basly). Ultimamente assiste-se a um crescente interesse pela figura intelectual e moral do Doutor Subtil de que são prova inequívoca a Carta *Alma Parens* de Paulo VI e o Congresso Internacional de Oxford-Edimburgo (1965) por ocasião da passagem do sétimo centenário do seu nascimento. Na base de um tal acontecimento estão os oito grossos volumes publicados até ao presente da edição crítica do grande mestre franciscano, preparada por uma comissão de sábios investigadores sob a orientação do P^e Balic, em Roma. Apresentar do escotismo uma caracterização completa e definitiva não é fácil, atendendo à pouca uniformidade de fisionomia e, sobretudo, ao facto de o verdadeiro pensamento de grande número de seus representantes nos ser ainda desconhecido no todo ou em parte. No entanto, podem considerar-se mais ou menos constantes as seguintes notas distintivas: em filosofia, a univocidade do ser, a distinção formal, a actualidade da matéria, a *haecceitas* como princípio de individuação; em teologia, a soberania absoluta de Deus em face da radical contingência das criaturas, o primado da vontade (voluntarismo), o Cristocentrismo e a defesa da Imaculada Conceição. Importa porém distinguir o escotismo autêntico dos desvios e torções que sofreram certas teses por parte de alguns expositores e comentadores menos avisados (G. de Ockham, G. Biel, Basly e outros).

Bibliografia: *Enc. Fil.*, IV, 462-463; *L. T. K.*, 9, 824-827; Bertoni, *Jean Duns Scot, sa vie, doctrine et disciples*, Levante, 1917; I. de Sousa Ribeiro, *Escola franciscana*, Lisboa, 1943.

Escotismo em Portugal¹

Graças ao rigor metodológico, à originalidade e solidez doutrinal, a síntese filosófico-teológica de Duns Escoto cedo conquistou admiradores e adeptos a ponto de se tornar referência comum, a partir dos meados do século XIV. É de crer que também nas escolas franciscanas de Portugal, designadamente nos conventos de S. Francisco de Lisboa, de Coimbra, do Porto, de Leiria e de Guimarães, fundados a partir de 1240, as doutrinas de Escoto fossem conhecidas e ensinadas, tanto mais que nelas ensinavam professores que, segundo o costume da Ordem, haviam frequentado a escola de Paris, onde o prestígio de Escoto estava ainda vivo na memória de todos.

Tendo em conta os documentos de que actualmente dispomos, podemos dividir a presença de Escoto nas escolas portuguesas e a sua irradiação para o ambiente cultural, de acordo com a evolução do ensino público e universitário, em três grandes períodos: desde as primeiras escolas do século XIV até à reforma de D. João III, em 1537; daí até à reforma pombalina, em 1772; e desde 1772 até aos nossos dias.

Do primeiro período conhecem-se alguns professores, que, vindos de Paris, ensinaram nas escolas franciscanas de Lisboa, Coimbra, Porto, Guimarães e Leiria. Está neste caso Frei Francisco de Coimbra, expulso de Paris, em Junho de 1303, juntamente com seu mestre Duns Escoto, por se ter recusado a subscrever as acusações de Filipe, *o Belo*, contra Bonifácio VIII. De resto, até meados do século XVI vigorou entre os franciscanos de Portugal o costume de enviar aos estudos de Paris e de outros centros estrangeiros os que haviam de leccionar nos

¹ Texto originalmente publicado na *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Vol. 2, Lisboa, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 1990, cols. 184-189

seus próprios estudos. Ora, por todo esse tempo nas escolas da Ordem a exposição das *Sentenças* de Pedro Lombardo era feita seguindo os comentários de Escoto. É natural que nas escolas franciscanas portuguesas o ensino se tenha pautado pelas doutrinas de Escoto. Quanto à possível irradiação das suas ideias, é de referir que, por decreto de 1309, D. Dinis mandou que as ordens mendicantes ensinassem Teologia nos conventos de Coimbra, para defesa da fé. E a confirmar a importância da escola franciscana de Lisboa no ambiente cultural português está a sua elevação à categoria de Estudo Geral, no Capítulo Geral de Assis de 1340. Com a transferência da Universidade de Coimbra para Lisboa (de 1338 a 1354 e de 1377 a 1537) mais cresceu a sua influência, a tal ponto que o Papa Nicolau V houve por bem incorporá-la na Faculdade de Teologia, por bula de 26.6.1453. É conhecida também a presença de franciscanos ilustres na Casa de Avis na qualidade de confessores e conselheiros de príncipes e reis. E sabe-se que na composição do *Leal Conselheiro* de D. Duarte andou a mão de Frei Gil Lobo, não sendo, por isso, de admirar que nele se encontre argumentação escotista a favor da Imaculada Conceição da Virgem Maria. E o mesmo se diga do livro da *Virtuosa Bemfeitoria*, do infante D. Pedro, em cuja composição muito colaborou Frei João Verba, provavelmente franciscano e seu confessor. Ao tempo, muitos franciscanos portugueses frequentavam as universidades de Paris, Oxford e Bolonha. Temos notícia de que no começo do século XV residiam em Bolonha dois jovens escotistas portugueses, Frei André do Prado e Frei Pedro de Portugal (Álvares?), que haviam estudado em Paris e em Bolonha. Frei André do Prado é autor do *Spiraculum Francisci Maironis* ou *Liber Distinctionum*, escrito no Colégio de S. Clemente de Bolonha, e do *Horologium fidei*, dedicado ao infante D. Henrique, uma pequena *Suma* de teologia dogmática através da qual se podem adivinhar os horizontes da cultura filosófico-teológica portuguesa nos meados do século XV e do intercâmbio com as escolas estrangeiras. A partir dos fins do século XV tornam-se mais abundantes as notícias sobre franciscanos que leccionaram na Universidade de Lisboa e sobre obras de Filosofia e Teologia que por então se

publicaram. Dos professores da Universidade de Lisboa, eram franciscanos D. Frei Martinho de Vasconcelos, bispo de Meca, que foi lente de Metafísica de 1506 a 1513, e Frei Luís de Raz, que ensinou Teologia na cadeira de Véspera e foi lente ordinário de Filosofia Natural de 1501 a 1521. E se destes nada mais se conhece, já de Frei Pedro da Cruz e de Frei Gomes de Lisboa, provavelmente seus contemporâneos no Estudo franciscano de Lisboa, se conhecem algumas obras de inspiração escotista editadas no estrangeiro. De Frei Pedro da Cruz, professor na Província de Portugal, publicaram-se: *Quaestio de ratione subjecti primi scientiae secundum Joannem Scotum an ad entia rationis extendatur*, Veneza, 1500, e *Summulae Joannis de Monte minoritae doctoris parisiensis super Petrum Hispanum ad mentem Doctoris Subtilis Joannis Scoti*, Veneza, 1500. E de Frei Gomes de Lisboa, da mesma Província, foram publicadas: *Questio perutilis de cuiuscumque scientie subjecto principaliter tamen naturalis philosophie*, Veneza, 1517 (trad. port. de Manuel Pinto de Menezes, introd. de Joaquim Cerqueira Gonçalves, Lisboa, 1964), e *Lectura in librum primum scripto Oxoniensi Scoti*, editado por João Vigério, em 1527. Do prestígio e autoridade de que gozou Duns Escoto nas escolas portuguesas de filosofia e de teologia durante este período é documento flagrante a obra de Pedro Margalho, que foi lente na Faculdade de Filosofia de Salamanca e na Faculdade de Teologia de Lisboa, intitulada *Margallea logices utriusque Scolia in divi Thomae subtilisque Duns doctrinam ac Nominalium*, Salamanca, 1520.

O período seguinte inicia-se com a trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra, decretada por D. João III, em 1537, e com a consequente reforma do ensino oficial segundo os cânones do humanismo renascentista. Aos institutos religiosos foi concedido manterem escolas próprias para os seus alunos. Deste modo, cada instituto pôde continuar a orientar o ensino doméstico pelos seus mestres tradicionais. Desta disposição aproveitaram-se largamente os franciscanos da Observância, em cujas Províncias fundaram vários colégios de Artes e Filosofia, nos quais o texto do Estagirita foi sendo pouco a pouco

substituído pelo texto de Escoto, sobretudo a partir de 1582, data em que os Estatutos Gerais da Ordem mandaram que os leitores adoptassem nos seus cursos autores que melhor se acomodassem à doutrina de Escoto. Resultado destas disposições são certamente os comentários manuscritos de Frei André de S. Paulo, de Frei Manuel da Circuncisão e de Frei Manuel da Esperança e, sobretudo, os cursos ou compêndios *ad* ou *juxta mentem Scoti* de Frei Manuel de Santa Rosa, de Frei Bento da Assunção e de Frei José de Setúbal.

Nas Faculdades de Teologia tanto da Universidade de Coimbra, desde 1537, como da Universidade de Évora, desde 1559, Duns Escoto não passava, a princípio, de um entre muitos outros teólogos citados. Mas, a partir de 1562, em Coimbra, a cátedra de Noa ficou reservada à leitura dos Comentários de Duns Escoto às *Sentenças*.

Desde 1543, os franciscanos da Província de Portugal possuíam em Coimbra dois colégios incorporados na Faculdade de Teologia. E o mesmo veio a acontecer com as outras Províncias que aí fundaram colégios próprios. A princípio, os estudantes franciscanos seguiam os cursos da universidade, mas, em breve, limitaram-se a frequentar aí as aulas de Noa ou de Escoto, seguindo nos respectivos colégios as demais aulas (Prima, Tércia e Véspera), regidas por professores da respectiva Província. Por via de uma tradição que se manteve até meados do século XVIII, os estudantes dos colégios universitários das Províncias franciscanas não tomavam graus académicos, pelo que não podiam concorrer às cátedras universitárias. Terminado o curso, podiam concorrer a leitores ou mestres de filosofia ou teologia nos numerosos colégios universitários que todas as Províncias possuíam junto dos grandes conventos. Não é, pois, de admirar que por esse tempo não apareçam franciscanos entre os lentes da universidade.

De muitos destes professores existem postilas e comentários *ad mentem Scoti* nas colecções manuscritas das bibliotecas portuguesas. Não poucos adquiriram grande relevo no ambiente cultural português, como Lucas Wadingo, estudante do Colégio de S. Boaventura, Frei João da Encarnação, Frei Manuel de Monte Olivete e Frei Manuel da

Esperança, que aí foram leitores; Frei Lourenço de Portel, que foi leitor no Colégio de S. Boaventura dos Algarves, Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, no de Santo António da Pedreira, e Frei Manuel do Cenáculo, no de S. Pedro. Reflexo do surto escotista nas escolas franciscanas portuguesas do século XVII é o comentário inacabado de Frei João da Encarnação ao *Opus Oxoniense*, editado em Coimbra, em 1609, e, sobretudo, a obra de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, intitulada *Collationes Doctrinae S. Thomae et Scoti cum differentiis inter utrumque [...]*, em 3 volumes, editada, em Pádua, entre 1671-1680.

Com a reforma pombalina de 1772 abre-se um longo período em que a presença de Escoto nas escolas portuguesas conhece um acentuado declínio, mesmo entre os franciscanos, que se viram obrigados a orientar o ensino nos seus colégios pelos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, imbuídos da filosofia iluminista e científica do tempo. De pouco ou nada terá valido o hábil expediente de Frei Manuel do Cenáculo de recomendar, no Plano de Estudos para a sua Congregação da Ordem Terceira, a modéstia e o amor a Santo Agostinho que se encontram nas questões importantes que tratou Escoto. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, de Escoto nada mais parece ter ficado do que o cognome de *Subtil*, a lembrar velhas argúcias de irreduzível sofista. Após a restauração da Província Franciscana de Portugal, em 1891, de imediato Escoto voltou a ocupar, como antes, lugar de guia e mestre nas escolas de Filosofia e Teologia nos conventos de S. Bernardino, junto de Atouguia da Baleia e de Montariol, em Braga, e, mais tarde, em Leiria e Lisboa.

Bibliografia: Ilídio de Sousa Ribeiro, *O Doutor Subtil João Duns Escoto*, Lisboa, 1944; id., *Escola Franciscana*, id., 1944; id., *Fr. Francisco de S. Agostinho de Macedo. Um Filósofo Escotista Português e um Paladino da Restauração*, Coimbra, 1952; A. A. de Andrade, “A orientação do estudo da Filosofia nos Franciscanos (séc. XVIII)”, em *Brotéria*, 43 (1946) 35-56; F. Félix Lopes, “Escolas Franciscanas Por-

tuguesas antes de 1308”, em *Colectânea de Estudos*, 2 (1947) 83-108; id., “Escolas Franciscanas Portuguesas de 1308 a 1517”, *id.*, (1948) 79-98; id., “Os estudos entre os franciscanos portugueses no séc. XVI”, *id.*, (1951) 155-191; id., “O ensino das doutrinas de Escoto na Universidade de Coimbra”, em *Itinerarium*, (1966) 193-264; id., “As doutrinas escotistas na cultura e escolas de Portugal”, em *Rev. Port. Filos.*, 23 (1967) 235-249; M. A. Machado Santos, *Manuscritos de Filosofia do Séc. XVI Existentes em Lisboa*, Coimbra, 1951; I. Sousa Ribeiro, “Autores Franciscanos Portugueses do Séc. XVII”, em *Itinerarium* (1958) 467-477; id., “Autores Franciscanos Portugueses do Séc. XV”, *id.*, 28 (1960) 221-226; M. Costa Freitas, “A causalidade do conhecimento em Duns Escoto”, *id.*, 4 (1958) 421-466; id., “A pessoa e o seu fundamento ontológico em Duns Escoto”, *id.*, 4 (1960) 184-195; id., “A existência de Deus segundo Duns Escoto”, *id.*, 36 (1966) 161-192; id., “De argumentatione Duns Scoti pro Infinitate Dei”, em *Acta Congressus Scotistici Internationalis Oxonii et Edimburgi 11-17 Sept. 1966 Celebrati*, vol. II, Roma, 1968, p. 427-434; id., “O conhecimento filosófico de Deus segundo J. Duns Escoto”, em *Didaskalia*, 12 (1982) 243-297; J. Cerqueira Gonçalves, “La contribution de la nature et la distinction d’essence et d’existence chez Duns Scot”, em *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, nº 8 (1966) 83-90; id., “O espírito do escotismo”, em *Brotéria*, 84 (1967) 213-218; id., *Humanismo Medieval*, Braga, 1971; id., “João Duns Escoto e o pensamento cristão”, em *Itinerarium*, 18 (1972) 341-347; A. D. Sousa Costa, “Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do séc. XV”, em *Rev. Port. Filos.*, 23 (1967) 293-337; M. de Albuquerque, “O escotismo político de Camões”, em *Brotéria*, 112 (1981) 537-560; *Bibliografia Filosófica Portuguesa (1931-1987)*, Lisboa, 1988.